



*DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE*

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	8
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	11
4. GERENCIAMENTO DE RISCOS	12
5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS	14
6. CRÉDITOS	14
7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
8. ATIVO DIFERIDO	15
9. FORNECEDORES	15
10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	15
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	16
13. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	16
14. DESPESAS FINANCEIRAS	16
15. DESPESAS RECUPERADAS	16
16. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	17
17. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO	17
18. PARTES RELACIONADAS.....	17
19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	17
20. EVENTOS SUBSEQUENTES	17



Demonstrações Contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da PIN Seguradora S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apuradas com base na regulamentação vigente.

A Seguradora: A PIN Seguradora S.A., iniciou suas atividades em julho de 2022, após autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para atuar dentro do modelo Sandbox Regulatório por até três anos, conforme publicado no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2022, por meio da Portaria SUSEP nº 7.990.

O Sandbox Regulatório implantado pela SUSEP, constitui-se de um ambiente regulatório experimental, que possibilite a implantação de projetos inovadores onde apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso.

A PIN Seguradora S.A. é a primeira Seguradora de Base Tecnológica do Brasil a trabalhar exclusivamente com Seguro Agrícola, através de uma tecnologia desenvolvida capaz de reunir diferentes fontes de dados para calcular o preço justo e a cobertura sob medida para oferecer seguros mais acessíveis para os produtores rurais.

Desempenho operacional: Nos primeiros seis meses de operação, a Seguradora não auferiu receita com Prêmios Emitidos.

Agradecimentos: A PIN Seguradora S.A. agradece a seus Acionistas e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores o nosso agradecimento e reconhecimento pela dedicação e qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

A Diretoria



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Quotistas e Administradores da
PIN Seguradora S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PIN Seguradora S.A. (companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 31 de maio a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PIN Seguradora S.A. (Companhia)** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 31 de maio a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 28 de fevereiro de 2023.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

VALDEMIR

BEZ:69315256
972

Assinado de forma digital
por VALDEMIR
BEZ:69315256972
Dados: 2023.02.28
10:46:55 -03'00'

Valdemir Bez
Contador

CRC PR 037.262/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em reais)

Ativo	Notas	2022
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	5.426
Créditos	6	2.569
		7.995
Não circulante		
Aplicações Financeiras	7	1.036.486
Ativo Diferido	8	52.671
		1.089.157
Total do ativo		1.097.152

Passivo	Notas	2022
Circulante		
Fornecedores	9	58
Obrigações Fiscais e Tributárias	10	576
		634
Não circulante		-
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Líquido	11	1.096.518
		1.096.518
Total do passivo		1.097.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em reais)

	Notas	<u>2022</u>
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	12	(27.914)
Despesas Tributárias	13	(62.681)
Despesas Financeiras	14	<u>(627)</u>
		(91.221)
 Outras Receitas/Despesas Operacionais		
Despesas Recuperadas	15	<u>1.792</u>
		1.792
 Resultado Não Operacional		
Receitas de Aplicações Financeiras		37.699
Pis s/Receitas não Operacionais		(245)
Cofins s/Receitas não Operacionais		<u>(1.508)</u>
		35.946
 Prejuízo do exercício		<u><u>(53.484)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em reais)

	Capital Subscrito	Capital a Integralizar	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Subscrição de Capital	1.200.000	-	-	1.200.000
Capital a Integralizar	-	(49.998)	-	(49.998)
Prejuízo do exercício	-	-	(53.484)	(53.484)
Em 31 de dezembro de 2022	1.200.000	(49.998)	(53.484)	1.096.518

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em reais)

Fluxos de caixas das atividades operacionais	2022
Prejuízo do exercício	(53.484)
Variações nos ativos e passivos	
Aumento/redução dos créditos	(2.569)
Aumento/redução do ativo diferido	(52.671)
Aumento/redução das obrigações com fornecedores	58
Aumento/redução das obrigações fiscais e tributárias	576
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(108.090)
Fluxos de caixas das atividades de investimentos	
Aumento dos investimentos	(1.036.486)
Aquisição de imobilizado	-
Redução do intangível	-
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	(1.036.486)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos	
Subscrição de Capital	1.200.000
Capital a Integralizar	(49.998)
Redução/aumento de lucros a distribuir	-
Caixa líquido tomado nas atividades de financiamentos	1.150.002
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.426
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.426
	5.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PIN Seguradora S.A. (doravante “Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo/SP, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar no modelo Sandbox Regulatório por até três anos a partir do mês de julho de 2022, conforme Portaria SUSEP nº 7.990.

A Seguradora opera no segmento de Seguro Agrícola em todo o território nacional.

Estas demonstrações financeiras da PIN Seguradora S.A. para o exercício findo em 2022 foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2023.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em consonância com a Circular nº 648, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP.

b) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras da PIN Seguradora S.A. foram preparadas com base nesse princípio.

c) Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado e provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora.

e) Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utiliza seu julgamento na definição de cenários, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e a definição dos valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, sendo eventuais diferenças reconhecidas prospectivamente.

Algumas notas explicativas incluem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Além disso, podem incluir informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas, com significativo risco de ajuste material em períodos subsequentes.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis apresentadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações financeiras.

a) Disponível (Caixa e bancos)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justos e são utilizadas pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos à curto prazo.

b) Ativos financeiros

A Administração, por meio da sua Política de Investimentos, determina a classificação dos ativos financeiros como a valor justo por meio do resultado.

➤ Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

➤ Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem “Créditos das operações com seguros e resseguros” e “Títulos e créditos a receber”.

➤ Redução do valor recuperável dos ativos financeiros

A Seguradora avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento do ativo e este evento de perda tenha impactado no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

c) Ativos de resseguro

Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas, conforme contratos firmados por cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, (ii) as parcelas correspondentes às indenizações pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

d) Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações das Circulares SUSEP e Resoluções CNSP vigentes.

- A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro correspondente ao período restante da cobertura do risco, calculada linearmente pelo método “pro rata dia”. O diferimento para os contratos de resseguro é realizado simultaneamente aos prêmios diferidos de seguros correspondentes.
- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos existentes no balanço.
- A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, seguindo critérios determinados pela Resolução SUSEP nº 381.
- A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas atribuídas a cada sinistro.

e) Imposto de renda e contribuição social

O IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% aplicado sobre a parcela do lucro tributável anual que exceder R\$ 240.000, nos termos da legislação fiscal. A CSLL é calculada considerando a alíquota vigente de 15%.

As despesas com IRPJ e CSLL compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar (ou a recuperar) calculado sobre o lucro (ou prejuízo) tributável do período, considerando as taxas correntes na data das demonstrações financeiras.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros:

a) Risco de seguros

Estratégia de subscrição: A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude.

A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência do setor e premissas atuariais.

Mitigadores do risco de resseguro – a Companhia se utiliza da operação de resseguro como forma de diluir e homogeneizar sua responsabilidade diante dos riscos assumidos. O contrato de resseguro firmado considera condições proporcionais para a carteira do produto, de forma a reduzir e proteger da exposição a riscos.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em Quotas de Fundos de Investimentos Renda Fixa.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento, os recursos são alocados em liquidez imediata em Fundos de Renda Fixa para suprir as necessidades da companhia.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não havia operado contratos de seguros. No entanto, possui R\$ 1.036.486 de aplicações financeiras, o que exclui, de certa forma, o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças sociais podem ter sobre a Companhia.

Atualmente a Companhia entende que o risco de perdas resultantes das variações do mercado é insignificante, visto que os investimentos financeiros seguem o estabelecido para Companhias Seguradoras participantes do Sandbox Regulatório SUSEP (estrutura simplificada de investimentos), conforme determina a Resolução CNSP Nº 381/2020.

e) Risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

A Companhia possui mecanismos de controles internos que ajudam na identificação de falhas e riscos nas suas operações. Tais mecanismos também auxiliam na gestão dos negócios, promovendo visão gerencial de riscos e maior segurança nas operações de seguros.

f) Risco de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	
Banco do Brasil S/A	5.426
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>5.426</u>

A Empresa dispõe de uma política corporativa para o gerenciamento de caixa e equivalentes de caixa que estabelece as diretrizes, procedimentos e responsabilidades nas tomadas de decisão em conformidade ao plano estratégico e às boas práticas de governança corporativa.

Essa política permite à alta administração identificar o comprometimento do capital, bem como, visa garantir:

- Liquidez da Empresa;
- Minimização do risco financeiro; e
- Adequado retorno do capital investido.

6. CRÉDITOS

Em 31 de dezembro, os créditos estavam assim representados:

	<u>31/12/2022</u>
Tributos Federais a Recuperar	256
IRRF a Recuperar	59
PIS a Recuperar	75
COFINS a Recuperar	122
Adiantamento a Fornecedores	2.314
Total dos Créditos	<u>2.569</u>

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Saldo das aplicações

	<u>31/12/2022</u>
Banco do Brasil S/A - RF CP Corporate Ágil	1.000.000
Banco do Brasil S/A - RF Simples Ágil - Receitas Aplicações	36.486
Total das Aplicações Financeiras	<u>1.036.486</u>

Os ativos financeiros estão marcados a valor juros pelo resultado e seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, de Nível 2 da hierarquia do valor justo.

b) Movimentação das Aplicações

Descrição	<u>31/12/2021</u>	<u>Aplicações</u>	<u>Resgates</u>	<u>Rendimentos</u>	<u>31/12/2022</u>
Banco do Brasil S/A - RF CP Corporate Ágil	-	1.000.000	-	36.486	1.036.486
	-	1.000.000	-	36.485,67	1.036.486

8. ATIVO DIFERIDO

	<u>31/12/2022</u>
Despesas Pré-operacionais	
Despesas de Constituição	59.255
(-) Amortização Acumulada	(6.584)
Total do Ativo Diferido	<u>52.671</u>

O ativo diferido está composto pelas despesas incorridas antes do início das operações da Companhia, classificadas como “Despesas de Constituição”. A amortização é apropriada mensalmente pela proporção de 1/36 a contar da data de autorização para operação no ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), com tempo determinado de 36 (trinta e seis) meses.

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	
Google Cloud Brasil Comp e Serv de Dados Ltda	58
Total dos Fornecedores	<u>58</u>

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2022</u>
Outras Obrigações	
Cofins a recolher	158
Irrf a Recolher	102
Impostos Federais Retidos a Recolher	316
Total das Obrigações Fiscais e Tributárias	<u>576</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>31/12/2022</u>
Capital Social	<u>1.200.000</u>
Capital Subscrito	1.200.000
Capital a Integralizar	<u>(49.998)</u>
Capital a Integralizar	(49.998)
Prejuízos Acumulados	<u>(53.484)</u>
Prejuizos acumulados	-
Prejuizo do Exercício Corrente	(53.484)
Total do Patrimônio Líquido	<u>1.096.518</u>

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito é representado por R\$ 1.200.000 pertencentes aos sócios com sede no país, e está assim composto:

Sócios	Participação	Capital Integralizado
Juarez Gonçalves Dias	0,00008%	1
Pin Holding de Controle S.A.	99,99992%	1.199.999
	100%	1.200.000

A integralização do capital ocorreu em 31 de maio de 2022, data de constituição da Companhia.

Em 24 de agosto de 2022, consta protocolado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o número 2.111.561/22-8, a Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade, o Estatuto Social, o Termo de Posse do Sr. Juarez Gonçalves Dias na fundação de Diretor Presidente e o Termo de Posse do Sr. Douglas Rafael Moreira na função de Diretor Técnico.

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022
Despesas Administrativas	
Despesas com Legalização	14.644
Honorários de Consultoria	13.270
Total das Despesas Administrativas	27.914

13. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2022
Despesas Tributárias	
Taxa de Fiscalização - Susep	62.681
Total das Despesas Tributárias	62.681

14. DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2022
Despesas Financeiras	
Despesas bancárias	627
Total das Despesas Financeiras	627

15. DESPESAS RECUPERADAS

	31/12/2022
Despesas Recuperadas	
Pis Recuperado	320
Cofins Recuperado	1.472
Total das Despesas Recuperadas	1.792

16. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não auferiu lucro contábil, bem como lucro fiscal, nas apurações trimestrais do exercício de 2022. Portanto, não esteve sujeita à provisão e recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

17. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia não foi remunerada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

18. PARTES RELACIONADAS

A administração define como partes relacionadas à Pin Holding de Controle S.A., o pessoal chave da administração da Companhia, conforme definições contidas no CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

- a) Tributária: A Entidade não possui contingências passivas de natureza tributária na data das demonstrações contábeis.
- b) Trabalhista: A Entidade não possui contingências passivas relevantes de natureza trabalhista na data das demonstrações contábeis.
- c) Civil, comercial e outras: A Entidade não possui contingências passivas relevantes de natureza civil, comercial e outras.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- Provável: a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- Possível: a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;
- Remota: a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

Em 31 de dezembro de 2022 não havia ações cíveis, tributárias ou trabalhistas conhecidas em que a Companhia figurasse como polo passivo.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes significativos após o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 até a data da publicação das demonstrações contábeis.

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

JUAREZ
GONCALVES

DIAS:27597466900

Assinado de forma digital por
JUAREZ GONCALVES
DIAS:27597466900
Dados: 2023.02.28 12:37:05
-03'00'

Juarez Gonçalves Dias
Diretor Presidente
CPF: 275.974.669-00

DOUGLAS RAFAEL
MOREIRA:051967
78624

Assinado de forma digital por
DOUGLAS RAFAEL
MOREIRA:05196778624
Dados: 2023.02.28 13:32:00
-03'00'

Douglas Rafael Moreira
Diretor Técnico
CPF: 051.967.786-24

DOUGLAS RAFAEL
MOREIRA:051967
78624

Assinado de forma digital
por DOUGLAS RAFAEL
MOREIRA:05196778624
Dados: 2023.02.28 13:32:23
-03'00'

Júlio Gonçalves Neto
Contador
CRC/PR 025534/o-1

Douglas Rafael Moreira
Atuário
Miba nº 2035